PROJETO DE LEI NO DE 17 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a Assessoria de Políticas públicas e de inclusão Social da Pessoa com Deficiência.

**A Câmara Municipal de Sumaré, no uso de suas atribuições legais APROVOU e EU PROMULGO, a seguinte LEI:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a Assessoria de Políticas Públicas e de lnclusão Social da Pessoa com Deficiência - APPIS, com objetivo de assessorar politicamente a Administração Pública Municipal nos assuntos, atividades e medidas que se refiram às pessoas com deficiência.

§ 1o No âmbito da Administração pública Municipal, compete à Appls:

| - assessorar a Administração Pública Municipal direta e indireta nas questões relativas às pessoas com deficiência, especialmente quanto à implantação das políticas públicas voltadas a esse segmento;

ll - assessorar a elaboração dos planos, programas e projetos da política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive às pertinentes a recursos financeiros e de caráter legislativo;

lll - orientar e articular às ações governamentais entre os órgãos da administração direta e indireta do Município de Sumaré, programas e serviços públicos e privados, entidades das áreas das deficiências e os diversos setores da sociedade, visando à implementação da política municipal para as pessoas com deficiência;

lV - manter, com as Secretarias Municipais de políticas setoriais, com as entidades representativas de pessoas com deficiência, com o Ministério Público e demais entidades e setores, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à inclusão das pessoas com deficiência;

V - atuar, orientando medidas de promoção, garantia e defesa dos ditames da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mediante o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência;

Vl - promover e supervisionar as ações de acessibilidade, bem como propor as providências necessárias à implantação e ao adequado desenvolvimento dessas ações;

Vll - promover e apoiar a realização de eventos, seminários, cursos, capacitações, além de audiências e consultas públicas que digam respeito às pessoas com deficiência e nos assuntos que as afetem diretamente;

Vlll - acompanhar a implantação das ações de prevenção e de enfrentamento de todas as formas de exploração, violência e abuso de pessoas com deficiência;

lX - respaldar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD para garantir seu bom funcionamento;

X - participar de Conselhos, Comissões, Fóruns e demais órgãos colegiados visando a defesa do interesse das pessoas com deficiência.

§ 2 Para dar cumprimento as disposições contidas nesta Lei, no planejamento e desenvolvimento das atividades da APPIS, deverá ser constituída uma equipe de profissionais efetivos.

**Art. 2** O Poder Executivo Municipal destinará anualmente em sua legislação orçamentária, recursos para a manutenção da APPIS para o fim de assegurar o desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 3** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 17 de julho de 2024.



**RODRIGO DIGÃO**

**VEREADOR UNIÃO BRASIL**

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal o anexo Projeto de Lei que "Dispõe sobre a Assessoria de Políticas Públicas e de lnclusão Social da Pessoa com Deficiência."

Atualmente, as pessoas com deficiência enfrentam diversas barreiras que limitam sua plena participação na sociedade. No âmbito municipal, a falta de políticas públicas específicas e a ausência de medidas eficazes de inclusão social contribuem para a marginalização dessa população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, evidenciando a necessidade urgente de ações governamentais voltadas para este grupo.

O presente projeto de lei tem como principal objetivo assegurar que a administração pública municipal esteja politicamente comprometida com a promoção de políticas públicas, atividades e medidas que atendam às necessidades das pessoas com deficiência.

A aprovação deste projeto de lei é essencial para reafirmar o compromisso da administração pública municipal com a promoção da igualdade e dos direitos das pessoas com deficiência. Este é um passo fundamental para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades, possam viver com dignidade, respeito e oportunidades iguais.

Sala das sessões, 17 de julho de 2024.



**RODRIGO DIGÃO**

**VEREADOR UNIÃO BRASIL**